

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XL • Nº 411
Brasília-DF • Dezembro 2018



Milícias atacam

Entre dezembro e janeiro, ao menos seis terras indígenas passaram a sofrer invasões sistemáticas. Apesar de não ser um fato novo, as ações criminosas, com uma lógica de milícias, se intensificaram com o começo do governo Bolsonaro. Povos indígenas organizam a resistência

Páginas 8 e 9

Governo Bolsonaro e os desafios aos povos indígenas

Páginas 2, 3, 4, 5 e 6

Mato Grosso do Sul: 1.351 hectares por político e apenas 1 hectare por Guarani Kaiowá

Páginas 13 e 14

Sobre as agressões do presidente eleito contra os povos indígenas

Secretariado Nacional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

Jair Bolsonaro, presidente eleito no último pleito, insiste em equiparar os povos a animais em zoológicos, o que é, por si só, inaceitável. Ao fazer isso, o presidente eleito sinaliza que os povos podem ser caçados e expulsos por aqueles que têm interesse na exploração dos territórios indígenas e que pensam como ele.

O presidente eleito retoma o discurso integracionista, marca dos governos ditatoriais das décadas de 1960 a 1980. A ideologia do integracionismo deu margem para ações de agentes estatais e privados que resultaram no assassinato de ao menos 08 mil indígenas no período citado, como atesta o Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Ao afirmar que as demarcações de terras indígenas no Brasil teriam origem em pressões externas, o presidente eleito falta com a verdade. O fato é que a Constituição Brasileira de 1988, que em seu Artigo 231 reconhece a legitimidade e o direito dos povos indígenas à sua organização social, aos seus usos, costumes, crenças, tradições e às suas terras originárias; é a mesma Lei Maior de nosso país que obriga o Estado brasileiro a promover a demarcação, a proteção e fazer respeitar todos os seus bens nelas existentes.

Além disso, o presidente eleito tem a obrigação de saber, também, que o direito dos povos às suas terras é reconhecido oficialmente desde o Alvará Régio de 1º de abril de 1680, ainda durante o Período Imperial, bem como, desde 1934, em todas as Constituições brasileiras.

Ao insinuar que as demarcações de terras indígenas poderiam dar origem a novos países dentro do Brasil, o presidente eleito ignora o histórico de luta dos povos originários em defesa das fronteiras do nosso país ao longo da história. Demonstra ainda profunda ignorância quanto ao teor da nossa Carta Magna que elenca as terras indígenas como Bens do Estado brasileiro (Artigo 20), registrados como patrimônio da União nos Cartórios de Imóveis locais e na Secretaria de Patrimônio da União, de acordo com o Decreto 1775/96, que regulamenta os procedimentos administrativos correspondentes.

Além de extremamente desrespeitosas para com os povos, as declarações do presidente eleito dão guarida ideológica para a inoperância do Estado em efetivar o direito dos povos esbulhados historicamente de suas terras, bem como, para ações ilegais e criminosas de invasão, loteamento, venda e tomada ilegal de lotes, desmatamento e estabelecimento de unidades de produção no interior de terras indígenas já regularizadas, que caracterizam a mais nova fase de esbulho possessório em curso no Brasil contra os povos.

Por fim, é inequívoco que as palavras do presidente eleito servem de incentivo e referendam as ações que atentam contra a vida dos Povos Indígenas no Brasil, antagônicas, portanto, ao dever do Estado de efetivar as demarcações, a proteção dos territórios e da vida destes povos.

Diante de tantas agressões, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifesta irrestrita solidariedade aos 305 povos indígenas brasileiros e reafirma o compromisso histórico e inquebrantável de estar junto com os mesmos na defesa de suas vidas e seus projetos de futuro.

Porantinadas

A goiabeira e a ministra

No alto de um pé de goiaba, Jesus salvou a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, do suicídio. Ela tinha apenas 10 anos. Durante o relato, ocorrido em um culto evangélico, a ministra ressalta que não queria que Jesus se machucasse caindo do pé de goiaba. Com Jesus ileso e ela salva, Damares gosta de apanhar goiabas nas árvores que plantou no terreno de sua ONG, em Brasília, a Atini. Jesus não mais apareceu, mas ela decidiu impo-lo aos povos indígenas.

Chefe da Atini será também da Funai

A Instituição e Movimento Atini - Voz Pela Vida se apresenta como uma organização voltada para conscientizar a sociedade sobre o infanticídio indígena. O tema controverso não é comprovado por dados, sendo que indigenistas e servidores da Funai, que atuam com povos mais isolados e propensos à prática, afirmam que os casos são cada vez mais raros, quase inexistentes. Damares usa a ONG para fazer proselitismo e catequização de indígenas, uma forma de chegar às aldeias mais longínquas e impor o seu Deus a quem já possui um. Evangélica neopetencostal, será a chefe da Funai, que estará anexada ao seu ministério a partir de 2019.

Apuros com a Justiça não a barraram

Em 2015, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação contra a Atini por "dano moral coletivo decorrente de suas manifestações de caráter discriminatório à comunidade indígena", em função da divulgação de um filme sobre infanticídio indígenas feito pela organização. A obra de ficção, de caráter difamatório contra os povos indígenas, foi realizada em parceria com uma entidade evangélica estadunidense chamada Youth With a Mission, conhecida no Brasil como Jovens Com Uma Missão (Jocum).

Programa MENOS MÉDICOS



O governo Bolsonaro: antecedentes, significados e preocupações

Por **Roberto Antonio Liebgott**, coordenador do Cimi Regional Sul

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, alicerçou toda sua campanha eleitoral em discursos polêmicos, perigosos e antidemocráticos. Pretendia, com isso, se distanciar do que se convencionou chamar de político tradicional, embora ele seja, dentre todos os candidatos, o mais tradicional. A estratégia surtiu o efeito desejado e Bolsonaro passou a ser, aos olhos de boa parte da população, expressão do novo na política. Toda a palavra que proferia, por mais confusa, problemática ou carregada de preconceito que fosse, acabava em aplausos e pessoas as discutiam nas rodas de conversas. Foi o que lhe credenciou para: bradar e propor a intolerância contra minorias étnicas, de gênero e sexualidade; classificar os direitos humanos, sociais e trabalhistas como exagerados e, portanto, as pessoas terão que optar entre ter direitos ou ter emprego; propor e estimular a criminalização de ativistas sociais, ambientais, indigenistas e de políticos que lhe faziam oposição; reforçar o fundamentalismo religioso nas relações familiares e educacionais; propagar a ideia da liberalização de armas letais aos latifundiários para que estes reajam a possíveis invasões; propor a diminuição da maioria penal de 18 para 16 anos como forma de coibir o crime; apostar na militarização e no uso da repressão na segurança pública; sugerir o excludente de ilicitude para avalizar a execução de pessoas por policiais, livrando-os de investigação e posterior responsabilização criminal; incentivar e avalizar a exploração indiscriminada dos recursos da natureza como alternativa ao desenvolvimento no campo e na floresta; conduzir processos de privatização dos bens públicos e a priorização, na economia, da livre especulação financeira através das grandes corporações.

E sempre é bom lembrar que o então candidato Bolsonaro não caiu do céu, não surgiu com um passe de mágica. Ele foi sendo apresentado aos poucos e no decorrer dos últimos quatro anos tornou-se a solução para enfrentar os males da sociedade brasileira. A política e os políticos foram demonizados e viraram sinônimos de corrupção e, desse modo, ele acabou, em certa medida, sendo constituído como a melhor alternativa diante da desqualificação dos governos e do parlamento.

Junto com a demonização da classe política, desencadeou-se uma intensa perseguição ao Partido dos Trabalhadores (PT), com conseqüente criminalização de seus integrantes. A grande mídia tornou-se propulsora das investigações contra corruptos e anunciava diariamente – quase sempre ao vivo – as quebras de sigilos telefônicos, os conteúdos dos inquéritos e dos processos que levavam à prisão e condenação de dezenas de personalidades da política e do empresariado. A frente desse esquema de combate à corrupção, denominado Lava Jato, estão o Judiciário, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, as empresas de TV, além dos grandes jornais e revistas de circulação nacional. A narrativa usada, tanto nos processos judiciais como na mídia, é a da teoria do fato, sustentada por delações premiadas, estas relatadas pelos corruptores, os empresários que, a pretexto de manterem suas empresas em funcionamento e ficarem fora da cadeia, delatam aqueles que os beneficiaram nos governos anteriores, prioritariamente os governos Lula e Dilma - outros governos, desde a ditadura militar, foram relacionados em delações.

Para os povos indígenas, seus direitos, seus projetos de vida e de futuro, o governo de Jair Bolsonaro representa um grave perigo, porque propagou o ódio, o preconceito, a violência e desdenhou das histórias, das lutas e da autonomia indígena

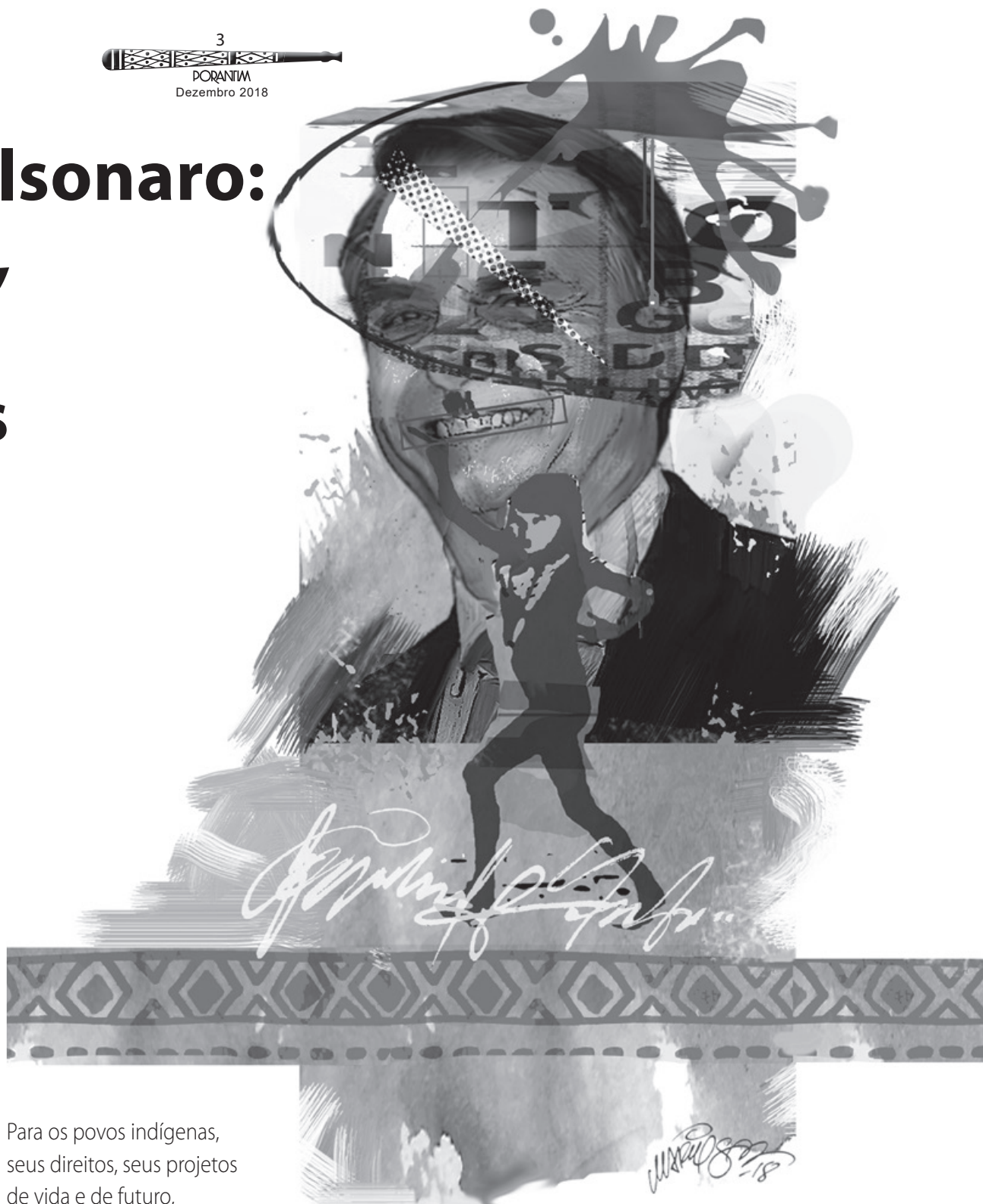
e Santa Catarina. Com seus posicionamentos polêmicos e ressentidos contra sem terras, indígenas, quilombolas, gays, lésbicas, pessoas trans, mulheres, defensores do meio ambiente e, ainda, contra a corrupção, acabou angariando apoio e gerando audiência para os programas de rádio, TV e internet. Ele conseguia, com o discurso raivoso, a adesão de uma camada da sociedade que pensava como ele, mas silenciava, e que então passou a encontrar ressonância em seus pronunciamentos. Bolsonaro estimulou a imaginação de setores sociais e fez vigorar a ideia de que se poderia agir com violência à revelia dos preceitos legais e ainda que as pessoas precisavam se armar contra os inimigos, tal como ele mesmo afirmou em seus discursos, conclamando, ao mesmo tempo, para a defesa da pátria, da ordem, da disciplina, da família, da escola sem partido

Paralelo à guerra supostamente deflagrada contra a corrupção, seguiram-se as tratativas na política e Bolsonaro, sem muito respaldo partidário à época, ainda como deputado federal pelo Partido Progressista (PP), passou a fazer incursões pelos estados, notadamente aqueles onde os conflitos fundiários, imobiliários e de segurança pública eram os mais latentes: Mato Grosso do Sul, Rondônia, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul

e do seu Deus, que, segundo ele, estaria acima de tudo.

Todos esses discursos se fortaleceram na pré-campanha eleitoral e, já naquele momento, se podia identificar três projetos em disputa: um capitaneado pela direita, que pretendia se consolidar no poder depois do afastamento de Dilma Rousseff, mas que não obteria êxito porque compunha com o governo corrupto de Temer; um de extrema direita, com evidente perspectiva fascista, coordenado por Bolsonaro; e, por fim, uma composição mais de centro-esquerda, coordenada pelo PT/Lula, que avaliou os cenários de disputas e considerou que num primeiro momento não confrontaria com Bolsonaro, pois ele tenderia a ser o melhor candidato para derrotar no segundo turno. Neste contexto, o ex-presidente Lula, dentro do jogo de forças políticas, sociais e jurídicas, acabou ainda mais fragilizado, por ter sido denunciado, preso e condenado em primeira e segunda instâncias. Bolsonaro, de modo muito perspicaz, se desvinculou de seu partido (PP), envolvido até as entranhas em corrupção, e decidiu concorrer às eleições pelo PSL. Mas, não se pode deixar de referir que Bolsonaro era partícipe dos esquemas do PP e, quase como numa metamorfose, apareceu como político independente e se construiu como imaculado, liberto de pecados, chegando a ser tratado, depois da estranha e não bem explicada facada, como o *mito*.

Os discursos de Bolsonaro contra as consideradas minorias, contra os direitos humanos, indígenas, quilombolas, pobres e propagando a autodefesa através do porte de armas – como alternativa no combate ao que chamava de “banditagem”, pelo encarceramento de jovens, especial- →



→ mente aqueles das periferias e negros – recebem grande adesão no país. As redes sociais e o *whatsapp* tornaram-se as máquinas propulsoras das ideias e preconceitos do candidato. Quanto mais pregava a intolerância, o ódio e a anti-política, mais adesão recebia e se consolidava como a única alternativa a respaldar os anseios e expectativas da classe média e das elites. Enquanto Bolsonaro decolava na campanha, os candidatos de direita afundaram e a polarização entre o bolsonarismo e o petismo/lulismo se tornou inevitável.

A partir da definição do PT de que Fernando Haddad seria seu candidato à Presidência, iniciou-se uma guerra de opiniões e de concepções de mundo, estado e democracia. Bolsonaro – depois da reclusão hospitalar em função do episódio da facada – passa a ser referido e reconhecido como o mito, aquele que voltou da morte para salvar o país do comunismo e da corrupção representados pelo PT. A guerra declarada por Bolsonaro foi sendo sustentada em nome da “Pátria”, ameaçada pelo comunismo; de “Deus” patriarca, severo e punitivo (Antigo Testamento) cultuado nas celebrações pentecostais; e da “Família” tradicional na qual o pai é o centro e os demais integrantes submissos a ele. E para lutarem nesta guerra, a campanha de Bolsonaro decidiu que convocaria “soldados” através das redes sociais, de celebrações, de cultos e de pregações realizados dentro de igrejas, de quartéis das Forças Armadas e da polícia; nas redes de comunicação e na mídia hegemônica que, aos poucos, foi sendo convencida pelo clamor de parte do eleitorado mais conservador, pelas decisões do Poder Judiciário e pelo *lobbying* da Maçonaria de que a alternativa para o país – apesar dos riscos a democracia – era Bolsonaro, o mais palatável no contexto da política, da economia e da institucionalidade do Brasil.

A vitória do candidato da extrema direita acabou sendo inevitável. Agora, depois dela, há a necessidade de readequar as análises, avaliações e expectativas no tocante às ações em defesa dos direitos humanos no Brasil. Estes serão duramente atacados. A tendência – pelo que se observou no decorrer da campanha eleitoral, mesmo antes dela, e agora, depois de Bolsonaro eleito – é de que alguns seres humanos e seu habitat deixarão de ser sujeitos de direitos para tornarem-se objetos de perseguição e especulação. Os discursos de ódio, preconceito e desinformação parecem compor o roteiro das políticas de estado. Não há dúvida sobre o que eles pretendem no governo, a partir de 01 de janeiro de 2019: desregulamentar direitos individuais e coletivos, frutos de luta de gerações anteriores, à liberdade, à sexualidade, à religião, à educação, à opção política, ao emprego e às identidades; expropriar a terra, seus mananciais e biomas, a ecologia, as energias, os animais, as águas e os minérios. Não medirão esforços neste sentido e não irão dialogar, não pretendem discutir e muito menos suportar divergências quanto aos seus intentos no poder. Foram legitimados e suas ambições totalitárias reconhecidas como alternativas ao Brasil. É neste contexto que se deve pensar e planejar as lutas e a resistência.

Não há, portanto, o que se esperar deste novo governo que será composto predominantemente por parlamentares que, em suas trajetórias políticas, têm manifestado posições racistas, homofóbicas, fundamentalistas; especialistas ou “técnicos” vinculados aos empresários que ganham dinheiro com a fé (pastores de igrejas pentecostais); militares (alguns deles que cultuam como ídolo um torturador do regime ditatorial); ruralistas, especialmente aqueles da antiga UDR (União Democrática Ruralista) e CNA (Confederação Nacional da Agricultura) que histo-

A política e os políticos foram demonizados e viraram sinônimos de corrupção e, desse modo, ele acabou, em certa medida, sendo constituído como a melhor alternativa diante da desqualificação dos governos e do parlamento



No Mato Grosso do Sul, Jair Bolsonaro, ainda candidato, prometeu não demarcar mais nenhum centímetro de terra indígena

ricamente se manifestam contra indígenas, sem terras, trabalhadores rurais, contra os direitos coletivos das minorias e contra as leis de preservação ambiental; e por empresários ligados ao sistema financeiro especulativo.

No que tange aos povos indígenas, de modo mais incisivo, o futuro presidente da República anunciou que “não demarcará nenhum centímetro de terra” e fará, ao invés disso, a revisão das demarcações realizadas pelos governos anteriores. Enfatizou que pretende, durante o seu governo, fazer com que os “índios ganhem dinheiro vendendo as terras”, num total descompromisso com as normas da Carta Maior do país que estabelece que terras indígenas são patrimônio da União, portanto, são indisponíveis e não podem ser vendidas. Disse ainda, antes e durante a campanha, que os índios não necessitam de terra, mas precisam ser integrados à comunhão nacional, rememorando as teses genocidas e integracionistas do regime militar. O presidente, em síntese, anunciou que vai impor a revisão dos direitos estabelecidos pelos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988.

Tão grave quanto as declarações proferidas contra os direitos dos povos indígenas são as manifestações do presidente que incentivam os setores ruralistas a fazerem oposição as demarcações de terras e, como consequência, acaba por incitar a violência contra lideranças, comunidades e apoiadores da causa indígena. Informações dão conta de que houve aumento dos assassinatos, tentativas de assassinatos, atropelamentos nas estradas, ataques de fazendeiros e seus capangas nas comunidades e a circulação nas áreas de pessoas estranhas e de militares, gerando medo e insegurança. São igualmente preocupantes as declarações do presidente eleito difundindo ameaças aos apoiadores da causa indígena, numa evidente tentativa de

Os discursos de Bolsonaro contra as consideradas minorias, contra os direitos humanos, indígenas, quilombolas, pobres e propagando a autodefesa através do porte de armas recebem grande adesão no país

intimidar ações e serviços prestados às comunidades e criminalizar aqueles que se colocam na defesa dos direitos constitucionais dos povos, em especial a defesa da demarcação das terras.

Para os povos indígenas, seus direitos, seus projetos de vida e de futuro, o governo de Jair Bolsonaro representa um grave perigo, porque propagou o ódio, o preconceito, a violência e desdenhou das histórias, das lutas e da autonomia

indígena. O governo eleito não admite que na Constituição Federal (que ele jurou defender) estejam expressos os direitos à diferença étnica, a terra demarcada e o de serem, os povos, sujeitos de direitos. O presidente finge desconhecer que as terras indígenas são bens da União destinados ao usufruto exclusivo dos povos, que a demarcação administrativa de uma área não cria direito, apenas reconhece um direito preexistente, ou seja, explicita um

É fundamental que as entidades de apoio e as comunidades indígenas invistam de forma permanente em ações de visibilidade internacional

direito originário, inalienável, e a Constituição é que determina que as terras indígenas são indisponíveis e que os direitos sobre elas são imprescritíveis. Propaga as teses da Ditadura Militar quando dizia haver terras demais para os índios.

O discurso depreciativo direcionado aos povos é, em essência, uma defesa

daqueles que, ao longo da história, exploram as terras e oprimem as pessoas que delas tiram o seu sustento. Essa prática discursiva pode desencadear o absurdo sentimento de insegurança jurídica e de descrédito no governo. Neste contexto, os povos precisarão – mais do que nunca – de um sistema de justiça que seja honesto e coerente com as normas constitucionais e que transmita credibilidade a partir de suas decisões. Igualmente se requer um Ministério Público Federal atuante, fiscal da lei e defensor dos povos, de seus modos de ser e de viver e assegurar a defesa da demarcação e garantia das terras. Espera-se, por fim, que as políticas públicas em saúde, educação e atividades produtivas ocorram de modo permanente e de respeito às culturas, costumes, crenças e tradições e, por fim que os órgãos de assistência, proteção e fiscalização sejam fortalecidos e não desmantelados.

No campo internacional, teremos os olhos do mundo dirigidos ao país. É grande a preocupação da opinião pública e dos governantes com a preservação das florestas, especialmente a Amazônica, e com as comunidades e povos que nelas sobrevivem, e agora, encontram-se ainda mais ameaçada pelo grupo que chega ao poder. É fundamental que as entidades de apoio e as comunidades indígenas invistam de forma permanente em ações de visibilidade internacional, conclamando aos organismos de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente o envio de observadores estrangeiros ao país. Será fundamental que se busque constranger e denunciar esse grupo de alucinados com o poder no campo internacional. ♦

Funai acaba no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Durante a campanha eleitoral e depois de vencer o pleito, Bolsonaro e integrantes de sua equipe atacaram de forma racista os povos indígenas, comparando-os a animais de zoológico

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) entregou, no dia 6 de dezembro, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede do governo de transição, em Brasília, uma carta ao presidente eleito, Jair Bolsonaro. No documento, a organização indígena cobra do próximo ocupante do Palácio do Planalto respeito e garantias aos direitos fundamentais dos povos e comunidades, além de estabelecer 11 prioridades a serem tratadas junto ao novo governo. Praticamente todas as demandas envolvem a manutenção de políticas públicas e a efetivação de direitos constitucionais.

Horas mais tarde à entrega da carta, o futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, anunciou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) será alocada no recém criado Ministério das Mulheres, família e Direitos Humanos. A chefe da pasta será a pastora evangélica Damara Alves, assessora no gabinete do senador Magno Malta (PR/ES), portanto quem comandará o órgão indigenista do Estado.

Damara nunca trabalhou com a questão indígena, tema apenas tratado superficialmente pela assessora no que tange a temática do infanticídio indígena, onde os evangélicos buscam criminalizar o que chamam de 'prática', mesmo sem possuir registros oficiais ou quaisquer indicadores de que ocorrem em escala endêmica.

O que preocupa ainda mais o movimento indígena é a postura racista e desrespeitosa de Bolsonaro, mesmo após ter atingido o objetivo de chegar ao Palácio do Planalto. Durante a campanha eleitoral e depois de vencer o pleito, Bolsonaro e integrantes de sua equipe atacaram de forma racista os povos indígenas, comparando-os a animais de zoológico. No Mato Grosso do Sul, estado com agudo passivo demarcatório e de violências condenadas pelas Nações Unidas, o presidente eleito afirmou que não demarcaria nenhum centímetro de terra tradicional.

Esta semana, novamente, a questão indígena demonstrou que enfrentará retrocessos durante o próximo governo. Antes da decisão de levar a Funai ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, futuros ministros de Bolsonaro iniciaram um jogo de empurra no



Foto: Rafael Carvalho/Governo de Transição
 A pastora evangélica Damara Alves será a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos

intuito de desvincular a Funai do Ministério da Justiça, ventilando a possibilidade do órgão indigenista estatal seguir para o Ministério da Agricultura ou Presidência da República.

“Por isso é que não admitimos ser tratados como seres inferiores, como tem ressoado em declarações de Vossa Excelência. Somos apenas diferentes, sendo obrigação do governo federal segundo a Constituição, respeitar nossa “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (artigo 231 da Constituição). Repudiamos, portanto, o seu pejorativo e reduzido entendimento de nos considerar animais em zoológicos”, diz trecho da carta endereçada ao presidente eleito.

Abaixo, a carta da Apib na íntegra:



Foto: Michelle Calazans/Cimi
 As lideranças Marcos Xukuru e Kretã Kaingang falam à imprensa sobre o conteúdo da carta entregue ao presidente eleito, Jair Bolsonaro

O que preocupa ainda mais o movimento indígena é a postura racista e desrespeitosa de Bolsonaro, mesmo após ter atingido o objetivo de chegar ao Palácio do Planalto

CARTA DA APIB AO PRESIDENTE ELEITO DO BRASIL, SENHOR JAIR BOLSONARO

Pela garantia dos direitos fundamentais dos nossos povos e comunidades

Brasília – DF, 06 de dezembro de 2018.
 Ao Senhor Jair Bolsonaro
 Presidente eleito do Brasil

Senhor Presidente

Nos últimos dias, órgãos da imprensa tem veiculado uma série de declarações de Vossa Excelência a respeito da questão indígena, com afirmações que maculam a imagem e dignidade dos nossos povos e comunidades e que preocupam por demonstrarem, por um lado, a falta de conhecimento sobre nossos direitos constitucionais, e por outro, uma visão de indigenismo assimilacionista, retrógrado, autoritário, preconceituoso, discriminador, racista e integracionista, afastado de nosso país há mais de 30 anos pela Constituição Cidadã de 1988.

Respaldados pelo direito de expressão assegurado pela Constituição Federal, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) – instância de aglutinação e referência nacional do movimento indígena brasileiro –, vem por meio desta manifestar a sua indignação e repúdio às suas manifestações e às suas intenções de impossibilitar a promoção dos direitos dos nossos povos, com ameaças de acabar com a demarcação das terras indígenas – direitos fundamentais dos povos indígenas e deveres constitucionais de responsabilidade da União –, de transferir a Funai para estruturas governamentais inadequadas, colocando-a em risco de inanição, e de abrir nossos territórios tradicionais aos interesses do agronegócio, da mineração, da construção civil e de outros grandes empreendimentos de impacto socioambiental, enfim, de pretender impor, autoritariamente

e sem ouvir nossa voz, outro modelo de vida aos povos indígenas, destinado a suprimir nosso direito fundamental a uma identidade étnica e cultural diferenciada.

A Constituição Brasileira de 1988, Excelentíssimo Senhor Presidente, no Artigo 231, é taxativa: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Veja que além de reconhecer a diversidade étnica e cultural do país, do qual os povos indígenas são parte, a Constituição não concede, mas reconhece o direito originário dos nossos povos, colocando fim a séculos de gravíssimas violações de direitos, incluindo mortes em massa e remoções territoriais forçadas, inclusive durante o regime militar de 1964 a 1985. →

A Apib estabeleceu 11 prioridades a serem tratadas junto ao novo governo. Praticamente todas as demandas envolvem a manutenção de políticas públicas e a efetivação de direitos constitucionais

Fotos: Michelle Calazans/Cimi



Um intenso ritual foi conduzido pela mobilização indígena às portas da sede do governo de transição. Apib promete mais mobilizações

CARTA DA APIB AO PRESIDENTE ELEITO DO BRASIL, SENHOR JAIR BOLSONARO (continuação da pág. 5)

Pela garantia dos direitos fundamentais dos nossos povos e comunidades

→ Por sinal, esse direito territorial é reconhecido oficialmente desde o Alvará Régio de 1º de abril de 1680, ainda durante o Período Imperial, e reiterado em todas as Constituições brasileiras, desde 1934.

Observe-se que o reconhecimento do direito fundamental e originário dos povos indígenas às suas terras tradicionais se deu, segundo a própria Assembleia Nacional Constituinte, porque, “quanto à terra, reconhecendo-se que para os índios ela significa a própria vida, estipulou-se que eles têm o direito à sua posse permanente, e procurou-se garantir a sua demarcação definitiva.”^[1] Afinal, como sempre pontuou o Supremo Tribunal Federal: “Não há índio sem terra. A relação com o solo é marca característica da essência indígena, pois tudo o que ele é, é na terra e com a terra. Daí a importância do solo para a garantia dos seus direitos, todos ligados de uma maneira ou de outra à terra. É o que se extrai do corpo do art. 231 da Constituição. (...) Por isso, de nada adianta reconhecer-lhes os direitos sem assegurar-lhes as terras, identificando-as e demarcando-as.”^[2] Aliás, essa é a razão pela qual a Constituição afirma, no § 4.º do artigo 231, que “as terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis”.

A afirmação de que os nossos povos podem constituir “novos países no futuro”, demonstra franco desconhecimento da legislação correlata, uma vez que a própria Constituição estabelece no Artigo 20 que as terras indígenas são da União. Ademais, para a sua informação, em país nenhum da América Latina, mesmo onde a população indígena é maioria, há qualquer povo que cogite constituir um outro país. A prova é a maturidade com que lideranças indígenas do mundo inteiro acordaram com os Estados que integram a ONU, incluindo o Brasil, os artigos da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, inclusive seu artigo 46, que afirma: “Nada do disposto na presente Declaração será interpretado no sentido de conferir a um Estado, povo, grupo ou pessoa de qualquer direito de participar de uma atividade ou de realizar um ato contrário à Carta das Nações Unidas ou será entendido no sentido de autorizar ou de fomentar qualquer ação direcionada a desmembrar ou a reduzir, total ou parcialmente, a integridade territorial ou a unidade política dos Estados.”

Por se tratar de direito fundamental previsto pela Constituição Federal e sendo as terras indígenas bens da União, dar cumprimento à sua demarcação e proteção jamais poderia ser considerado nocivo ou ameaçador ao Brasil. Pelo contrário, o que atenta contra a soberania nacional, a democracia e os interesses do povo brasileiro é justamente descumprir direitos e deveres fundamentais explícitos na Carta da República e impor um modelo de desenvolvimento de impactos irreversíveis sobre os nos-

sos povos e territórios tradicionais, os mais preservados ambientalmente do País.

O Brasil é país mais rico do mundo em florestas tropicais, recursos hídricos, biodiversidade, solos férteis e outros bens. A preservação do meio ambiente proporcionada pelos povos indígenas consiste em direito fundamental de toda a sociedade brasileira (artigo 225 da Constituição), o que só é possível graças à relação harmônica que os nossos povos mantêm milenarmente com a Mãe Natureza. É justamente essa preservação que permite a garantia da sadia qualidade de vida da população brasileira e o próprio desenvolvimento do Brasil, uma vez que todas as atividades econômicas dependem da manutenção dos serviços ambientais prestados gratuitamente pelas florestas, incluindo a manutenção de nosso regime hídrico. Como tem alertado a comunidade científica brasileira e internacional, “a remoção das florestas, ameaçando as chuvas e o clima, não derrotaria somente a competitiva agricultura; falta (ou excesso) de água afeta a produção de energia, as indústrias, o abastecimento das populações e a vida nas cidades.”^[3]

Por isso é que não admitimos ser tratados como seres inferiores, como tem ressoado em declarações de Vossa Excelência. Somos apenas diferentes, sendo obrigação do governo federal segundo a Constituição, respeitar nossa “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (artigo 231 da Constituição). Repudiamos, portanto, o seu pejorativo e reduzido entendimento de nos considerar animais em zoológicos. O modelo de desenvolvimento que defendemos e implementamos em nossas terras também é diferente do que Vossa Excelência apregoa, pois buscamos fortalecer a sustentabilidade e a gestão ambiental de nossos territórios. Rechaçamos qualquer tipo de exploração predatória dos bens naturais e reivindicamos que nossos saberes e conceitos de bem viver fossem respeitados.

Ao invés de agredir e difamar os nossos povos, Vossa Excelência tem a obrigação, por imposição constitucional, de executar políticas públicas que façam jus ao patamar de democracia alcançado pelo Brasil, assegurando o cumprimento integral e irrestrito da Constituição Federal e dos tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Para isso, na linha dos mandamentos constitucionais e legais aplicáveis ao governo federal, pugnamos pelo atendimento das seguintes propostas e reivindicações dos nossos povos:

1. Manter a Funai vinculada ao Ministério da Justiça, e fortalecida, isto é, com a dotação orçamentária necessária para o cumprimento de sua missão institucional de promover os direitos dos nossos povos, principalmente no relacionado à demarcação e proteção das terras indígenas.

2. Revogação do Parecer 001/2017 da Advocacia Geral da União (AGU).

3. Realização urgente de operações para a retirada de invasores de terras indígenas já demarcadas e a efetiva proteção das mesmas;

4. Demarcação e proteção de todas as terras indígenas, com especial atenção às terras dos povos isolados e de recente contato;

5. Dotação orçamentária, com recursos públicos, para a implementação da PNGATI e outros programas sociais voltados a garantir a soberania alimentar, a sustentabilidade econômica e o bem viver dos nossos povos e comunidades;

6. Garantia da continuidade do atendimento básico à saúde dos nossos povos por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), considerando o controle social efetivo e autônomo por parte dos nossos povos;

7. Efetivação da política de educação escolar indígena diferenciada e com qualidade, assegurando a implementação das 25 propostas da segunda conferência nacional e dos territórios etnoeducacionais;

8. Incidir junto aos poderes judiciário e legislativo na manutenção dos nossos direitos assegurados pela Constituição Federal;

9. Fim da violência, da criminalização e discriminação contra os nossos povos e lideranças, assegurando a punição dos responsáveis por essas práticas, a reparação dos danos causados inclusive por agentes do Estado e comprometimento das instâncias de governo (Ministério de Direitos Humanos, Ministério da Justiça, Defensoria Pública) na proteção das nossas vidas;

10. Aplicabilidade dos tratados internacionais assinados pelo Brasil, de modo especial a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) incorporada ao arcabouço jurídico do país e que estabelece o direito dos povos indígenas à consulta livre, prévia e informada sobre quaisquer medidas administrativas ou legislativas que os afetem.

11. Cumprimento das recomendações da Relatoria Especial da ONU para os povos Indígenas e das recomendações da ONU enviadas ao Brasil por ocasião da Revisão Periódica Universal (RPU), todas voltadas a evitar retrocessos e a garantir a defesa e promoção dos direitos dos povos indígenas do Brasil.

Sendo o que tínhamos a comunicar, aguardamos resposta.

Atenciosamente

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB

[1] Relatório da Assembleia Nacional Constituinte VII – Comissão da Ordem Social – VII Subcomissão de negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias – Relatório – volume 196. (destacamos)

[2] Supremo Tribunal Federal. Pleno. Petição n.º 3.388/ED/RR. Voto-Vista proferido pelo Ministro Menezes Direito. DJ 25.09.2009.

[3] NOBRE, Antônio Donato. “O Futuro Climático da Amazônia.” Ob. cit., p. 31.

Cimi denuncia descaso no registro de crianças indígenas em Fórum do Conselho de Direitos Humanos

Por Michelle Calazans, Ascom Cimi

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) defendeu o direito de reconhecimento e registro identitários dos povos indígenas na 11ª Sessão do Fórum sobre Assuntos Minoritários, do Conselho de Direitos Humanos, na ONU, ocorrido no dia 30 de novembro, em Genebra (Suíça). A declaração do Cimi integrou o item 4 da pauta, que tratou do direito a uma nacionalidade para pessoas pertencentes a minorias por meio da facilitação do registro de nascimento, naturalização e cidadania para minorias apátridas.

O representante do Cimi, Paulo de Tarso Lugon, argumentou que a Convenção sobre os Direitos da Criança atribui importância à obrigação positiva dos Estados de registrar todas as crianças ao nascer, como um meio fundamental para o indivíduo gozar de direitos fundamentais.

No Brasil, explicou o representante do Cimi, existem crianças indígenas que enfrentam obstáculos na obtenção do registro de nascimento. Segundo Paulo de Tarso Lugon, esse registro permite usufruir, ainda mais, de seus direitos, como saúde e educação. “O Cimi colaborou nos últimos anos na Defensoria Pública Federal no Brasil para garantir que todas as crianças indígenas fossem registradas. No entanto, no Mato Grosso do Sul, segundo a Defensoria Pública do Estado, estima-se que 30% das crianças Guarani-Kaiwoá permaneçam sem registro. Fatores como a falta de registro dos próprios pais, seus locais distantes e a existência de terras próximas às áreas de fronteira, agravam essa situação de apatridia”, pontuou.

De acordo o representante do Cimi, é preciso intensificar os esforços para alcançar as crianças indígenas que ainda não foram registradas, tendo em vista que a situação pode ser agravada com o congelamento dos gastos sociais por vinte anos, conforme prevê a Emenda Constitucional 95, promulgada em dezembro de 2016. Esse congelamento estabelece que os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Nesse sentido, é importante ressaltar que o direito à autoidentificação está previsto no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, bem como nas regras estabelecidas na Declaração Americana Sobre os Direitos dos Povos Indígenas, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, também, nos artigos 2º e 3º da Resolução Conjunta CNMP/CNJ nº 03/2012.

Dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas

Segundo a Defensoria Pública Estadual do Mato Grosso do Sul, Neyla Ferreira Mendes, os povos indígenas enfrentam diversas dificuldades para efetivar o registro. A interpretação da lei carregada de preconceito, por parte do Cartório, é a principal barreira nesse processo. “Com a proximidade dos centros urbanos, os indígenas se sentem empurrados na vida civil para efetivar esse registro, tendo em vista a exigência do Estado e de empresas privadas,



Foto: Ana Mendes/Cimi

Povo Akroá-Gamella precisou acionar a Justiça Federal para conseguir o registro de crianças indígenas, no Cartório

o que inclui a busca por direitos sociais. Paralelo, existe uma dificuldade nos cartórios de executar esse registro, até porque não existe um procedimento específico para indígenas”, esclareceu.

Neyla Ferreira Mendes explicou que no Mato Grosso do Sul os Cartórios ignoram, por exemplo, as dificuldades de acesso e de desconhecimento dos indígenas para esse registro. “Para o cidadão comum, não indígena, o registro exige apenas comprovação da nacionalidade e não possui registro. Já no caso dos indígenas, a situação é mais complicada, pois exige acompanhamento de uma testemunha que tenha idade superior ao indígena. O que dificulta caso o registro seja de um ancião, por exemplo”, pontuou.

Além disso, apesar de a apresentação do Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) ser opcional no ato do registro civil, esclareceu a Defensoria Pública Estadual, o Cartório exige essa documentação como obrigatória. “Um caso emblemático no MS chama a atenção, um indígena está há quatro anos tentando efetivar o registro, sem sucesso”, lamentou.

Para facilitar todo esse cenário de preconceito e dificuldade, a Defensoria Pública Estadual promove, desde 2011, mutirões nas comunidades indígenas. “Na Reserva Indígena de Dourados, quando o primeiro mutirão foi realizado, ainda em 2011, cerca de 80% dos indígenas não possuíam registro. Na ocasião, foram emitidos mais de oito mil registros. O próximo mutirão está previsto para ser realizado em Caarapó. Esses mutirões acabaram, também, com a ideia equivocada dos povos de que deixam de ser indígenas ao efetuarem o registro, o que não acontece na realidade”, afirmou.

Caso emblemático

Após intensa luta do povo Akroá Gamella e da atuação do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE), em setembro de 2017, uma importante decisão foi conquistada em favor dos povos indígenas. A Juíza Titular da 1ª Vara da Comarca de Viana, Odete Maria Pessoa Mota Trovão, determinou que o oficial do Cartório proceda à lavratura do registro

de nascimento das crianças recém-nascidas indígenas autorreconhecidas como da etnia Gamella que ainda estão sem registro de nascimento, devendo constar no assento o sobrenome “GAMELLA”, a declaração do registrando como indígena e a indicação da respectiva etnia, sem a necessidade de apresentação do Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), até julgamento final da presente ação.

Na época, antes de apreciar o pedido liminar, a juíza analisou e discorreu sobre uma série de preconceitos e vícios administrativos que são presentes na realidade de muitos indígenas. Ao prestar informações, o Cartório, como a autoridade coautora, procurou justificar a recusa sob os argumentos “de que os pais da criança não tinham sido registrados como indígenas, além de não apresentarem o RANI” e, ainda, “que o pai não portava documento que identificasse sua origem indígena e tampouco apresentava sinais indicativos deste fato, já que, na ocasião, trajava camisa e calça social”.

Além disso, o oficial do cartório esclareceu que foi orientado pela Funai para somente proceder o registro de indígena, sem a apresentação do RANI, se a informação sobre a etnia já viesse expressa na declaração de nascido vivo (DNV). A FUNAI ainda teria dito que “o registro de nascimento de indígena não poderia ser lavrado, em virtude das inúmeras fraudes ocorridas, em que pessoas que não são indígenas tentam se passar por índios”. O oficial do ato coautor afirma, ainda, que consultou outros cartórios de registro civil da Comarca de Grajaú e Viana sobre a situação e recebeu a mesma orientação no sentido de “exigir o documento comprobatório da condição de indígena, em nome da segurança jurídica do sistema e da lei de registros públicos e da Resolução nº. 03/2012 do CNMP/CNJ”.

Consta da decisão liminar que os cartórios argumentavam que a exigência de prova da condição de indígena para a lavratura do registro de nascimento é essencial para assegurar a preservação da segurança jurídica e da fé pública registral “no intuito de evitar futuras demandas acerca do ato praticado, inclusive nas disputas envolvendo terras que ocorreram recentemente no Município de Viana”. ♦



Reprodução: webtv.un.org

Pronunciamento do representante do Cimi, Paulo de Tarso Lugon

11ª Sessão do Fórum sobre Assuntos Minoritários, do Conselho de Direitos Humanos



Reprodução: webtv.un.org

Ao menos seis terras indígenas sofrem com invasões e ameaças de invasão no início de 2019

Invasão de madeireiros, loteamento dentro de terras demarcadas e ameaças de posseiros foram registrados em terras do Maranhão, Mato Grosso, Pará e Rondônia

Por Tiago Miotto, da Ascom/Cimi

O ano de 2019 inicia com uma intensificação das denúncias de invasão a terras indígenas no Brasil. Ao menos cinco terras demarcadas registraram roubo de madeira, derrubada de floresta para pastagens e, ainda mais grave, a abertura de picadas e estabelecimento de lotes para ocupação ilegal dos territórios tradicionais.

As Terras Indígenas (TIs) Arara, no Pará, e Arariboia, no Maranhão, registraram no primeiro mês do ano a invasão de madeireiros e a de grileiros que vêm tentando se estabelecer no interior das áreas demarcadas. Os povos Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna, ambos em Rondônia, identificaram novas investidas de grileiros, que já abrem picadas e, no caso Karipuna, vem se estabelecendo dentro da terra indígena.

A posse do governo de Jair Bolsonaro e a eleição de políticos conservadores alinhados com o agronegócio no nível local também gerou repercussão no entorno das TIs Marãiwatsédé, em Mato Grosso, e Awá, no Maranhão. Indígenas, o Ministério Público Federal (MPF) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) denunciaram ameaças de reinvasão de posseiros a ambas as terras, articuladas por políticos e fazendeiros.

No caso da TI Awá, a Funai também notificou a invasão de madeireiros e fazendeiros, que têm derrubado as matas da terra indígena para a criação de gado, aproveitando-se da falta de recursos do órgão indigenista para fazer a fiscalização constante da área.

Em pelo menos quatro destas terras indígenas, a devastação causada por invasores e os riscos que eles representam são ainda mais graves em função da presença de grupos indígenas isolados. É o caso das TIs Awá, Arariboia e Uru-Eu-Wau-Wau, onde a existência destes grupos é reconhecida pela Funai, e da TI Karipuna, onde os indígenas já afirmaram terem avistado isolados circulando pelo território.

O observatório De Olho nos Ruralistas também incluiu, entre as investidas contra terras indígenas registradas no início de 2019, a invasão de garimpeiros à TI Yanomami, em Roraima. Além das invasões a terras demarcadas, um ataque a tiros contra os Guarani Mbya da retomada Ponta do Arado, em Porto Alegre (RS), marcou o mês de janeiro.

O aumento das invasões a terras demarcadas vem sendo verificado nos últimos anos, após os cortes nos recursos dos órgãos responsáveis por fiscalizar as terras indígenas e unidades de conservação, durante o governo Temer. Em 2017, o Cimi registrou 96 casos de invasão, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos às terras indígenas no Brasil – um aumento de 62% em relação ao ano anterior, quando 59 casos foram registrados.

Alguns dos casos registrados nas últimas semanas referem-se a terras indígenas cujos povos têm denunciado de forma recorrente as invasões e conflitos com madeireiros ou fazendeiros.

Lideranças desses territórios, porém, afirmam que as ameaças estão aumentando e que os invasores estão se sentindo “representados” por Jair Bolsonaro, que desde a campanha eleitoral vinha se pronunciando contra as demarcações e os direitos indígenas.

“Assim que o novo governo tomou posse lá em Brasília, as pessoas que sempre quiseram invadir as terras indígenas se sentiram representadas. No momento, a gente está praticamente desamparado”, avalia Puré Uru-Eu-Wau-Wau.

Para o secretário executivo do Cimi, Cleber Buzatto, as primeiras medidas do governo Bolsonaro serviram de incentivo a este tipo de ação. O desmembramento da Funai, a transferência das demarcações de terras indígenas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dominado por ruralistas, e o enfraquecimento do Ministério do Meio Ambiente foram determinados já no primeiro dia de expediente do novo governo, por meio da Medida Provisória (MP) 870.

“Está em curso no Brasil uma nova fase de esbulho possessório contra terras indígenas, realizada por grupos econômicos de forma ilegal e criminosa. Eles são incentivados e acobertados pela política indigenista do governo Bolsonaro. Os discursos contra os direitos constitucionais indígenas feitos desde a campanha, agora, se refletem em seus atos administrativos”, avalia Buzatto.

TI Arara: roubo de madeira e abertura de lotes

Na primeira semana do ano, teve grande repercussão a denúncia de roubo ilegal de madeira e abertura de picadas para o estabelecimento de lotes na TI Arara, feita pelos indígenas do povo Arara e confirmada pela própria Fundação Nacional do Índio (Funai). Temendo confronto, os indígenas exigiram ações de fiscalização e retirada dos invasores, pedido referendado pelo Ministério Público Federal (MPF).

Após sobrevoo, entretanto, agentes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Polícia Federal (PF) afirmaram ter encontrado apenas “focos pontuais” de desmatamento, sem invasão e derrubadas “de grandes proporções”.

As afirmações são contestadas pelos indígenas, que vêm denunciando a presença constante de invasores na TI e a retirada de grandes volumes de madeira ilegal. Em

Foto: Tommaso Protti/Geopias



Conforme o MPF, as aldeias da Terra Indígena Karipuna correm o risco de

2019, uma expedição feita pelos indígenas encontrou novas invasões e o surgimento de picadas para o estabelecimento de lotes, com estacas dividindo as áreas.

Para José Cleanton Ribeiro, membro da equipe de Altamira do Cimi regional Norte 2, o Ibama e a PF não identificaram o desmatamento porque não é possível ver o corte raso e direcionado da madeira apenas por sobrevoos.

“Não aparecem mais as derrubadas, como acontecia antes. Eles levam serrarias portáteis e cortam apenas as árvores mais valiosas, sem abrir clareiras. Depois retiram a madeira já serrada, usando estradas que também ficam por baixo das copas das árvores”, explica.

Segundo o missionário, diariamente os indígenas identificam novas picadas, e os pontos mais sensíveis são nas proximidades da rodovia Transamazônica, que corta a TI Arara – onde o Ibama identificou estacas, marcando uma tentativa de ocupação ilegal.

“O cacique disse que, no ano passado, o pessoal tirava madeira de madrugada. Agora, com o novo governo, até cinco horas da tarde se vê caminhão saindo carregado”, afirma Ribeiro.

Em Rondônia, loteamento, invasões e ameaças

No estado de Rondônia, ao menos duas terras indígenas, dos povos Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna, registraram a presença de invasores no início de 2019. Ambas são terras em que os indígenas vêm denunciando a crescente pressão de grileiros, que buscam estabelecer lotes e ocupar ilegalmente o território.

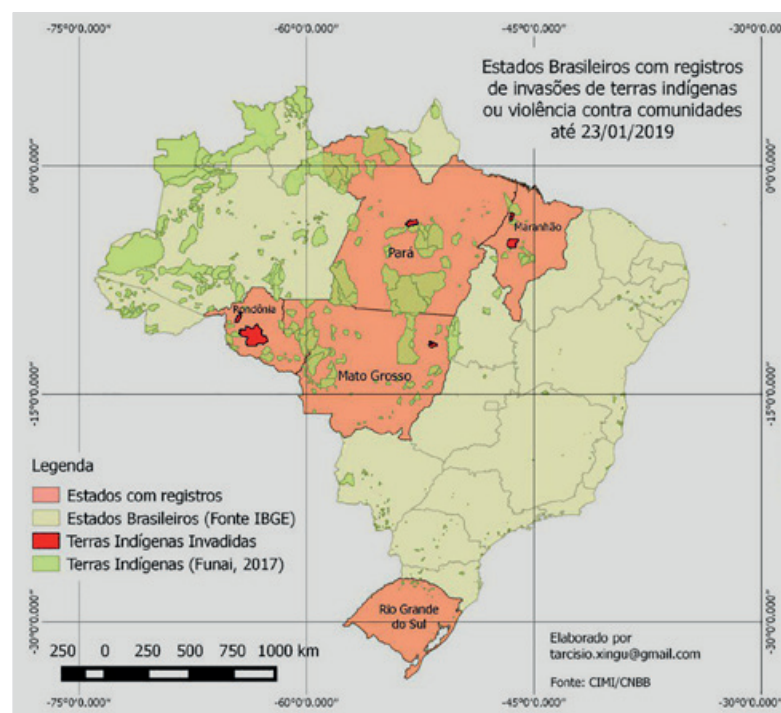
Foto: Mário Vilela/Funai



Desmatamento registrado na TI Awa em 2014, ano em que a Funai retirou os ocupantes ilegais da área



desaparecerem caso as invasões sigam no ritmo atual



No início de janeiro, vídeos gravados por indígenas do povo Uru-Eu-Wau-Wau repercutiram ao mostrar lideranças confrontando invasores que estavam abrindo lotes dentro de sua terra.

“Aqui no meio dos índios não pode”, informa a liderança aos invasores.

“A ordem veio de fora”, responde um deles. “Amanhã vem mais de 200 pessoas aqui, vocês fiquem esperando. Vem gente de todo canto”, ameaça.

Após as denúncias, uma ação da Polícia Federal na terra indígena localizou as picadas abertas ilegalmente e prendeu um dos invasores. Na mesma semana, entretanto, os Uru-Eu-Wau-Wau encontraram indícios da presença de grileiros em outra região da terra indígena.

“Nessa primeira invasão, eles praticamente entraram na aldeia, ficaram a apenas dois quilômetros. Muito perto”, explica Puré Uru-Eu-Wau-Wau. “Depois da ação da polícia, eles estão se mudando para outros locais”.

Em 2017 e em 2018, com a falta de fiscalização e ação do Estado, guerreiros do povo Uru-Eu-Wau já haviam expulsado grileiros de dentro da terra indígena, demarcada em 1991.

Os Karipuna, por sua vez, denunciam que a presença de invasores dentro de sua terra indígena se agravou sensivelmente no início de 2019. O Posto Indígena de Vigilância (PIV) da Funai dentro do seu território tem servido de base aos invasores, que avançam mais a cada dia.

No dia 20 de janeiro, indígenas encontraram cerca de 20 invasores a apenas oito quilômetros da aldeia Panorama. Na região conhecida como Piquiá, próximos à principal estrada que leva às casas dos Karipuna, os grileiros portavam foices, terçados e enxadas e chegaram a ameaçar os indígenas.

O MPF de Rondônia, em ofício no qual solicita medidas urgentes para coibir as invasões na TI Karipuna, afirma que o cenário “vem se agravando, podendo tornar-se insustentável”. O órgão, que também pede providências contra as invasões na TI Uru-Eu-Wau, avalia que a situação pode levar a “conflitos sangrentos” e causar “prejuízo às populações tradicionais vulneráveis”.

Desde 2017, os Karipuna vêm denunciando a invasão de madeireiros, garimpeiros, e a abertura e venda de lotes para ocupação ilegal dentro da terra indígena, que já perdeu 10 mil hectares de floresta. Por se tratar de um povo de contato recente e pouco numeroso, quase dizimado durante o século passado, o MPF de Rondônia caracterizou sua situação como de “eminente genocídio”.

As lideranças também relatam estar sofrendo ameaças, em função das denúncias que têm feito aos órgãos de fiscalização e até em organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

“Estamos muito preocupados, porque com esse presidente eleito eles estão se sentindo com mais força. Precisamos ter fiscalização permanente para que resolva todo esse problema no território”, afirma o cacique André Karipuna.



Foto: Guardiões da Floresta Guajajara

Madeira encontrada pelos Guajajara na expedição de monitoramento do território realizada na primeira semana de 2019

Arariboia: roubo de madeira e loteamento

O grupo de Guardiões da Floresta criado pelos Guajajara para coibir a ação de invasores na TI Arariboia, no Maranhão, identificou madeireiros no interior da terra indígena no início de janeiro. Os Guajajara também denunciam a abertura de um loteamento no interior de seu território, que vem se agravando desde meados de 2018.

“Nosso território é rodeado por municípios e cortado pela estrada. Então, fica fácil para eles levarem a madeira”, explica Tainaky Tenetehar, um dos Guardiões que participou da ação contra madeireiros na primeira semana de 2019.

“Falamos que era proibido, que nós não queremos destruição na nossa terra. Eles foram embora, só que agora já voltaram, dá para ouvir aqui da aldeia o barulho dos caminhões”, explica o indígena.

As invasões ao território e o monitoramento feito pelos Guardiões da Floresta também acabam acirrando as situações de conflito e levando, com isso, a um grande número de assassinatos de indígenas na região. Somente no ano de 2016, ao menos cinco Guajajara foram assassinados na TI Arariboia.

O loteamento dentro da terra indígena também foi identificado pelos Guardiões e por moradores de aldeias próximas à região do povoado de Santa Luzia, que fica no município de Arame e é separado da TI Arariboia apenas por uma estrada.

Em outubro, os indígenas gravaram um vídeo mostrando os “variantes” – que é como chamam as pequenas picadas abertas para marcar a divisão dos lotes – no interior da terra indígena.

“Essa invasão começou no ano passado, do meio do ano para cá. E continua. Eles saem por um tempo, mas retornam”, relata Tainaky Tenetehar.

TI Awa: ameaças e invasão estabelecida

Nas primeiras semanas de 2019, também repercutiu na imprensa uma ameaça de invasão à TI Awa, localizada no Maranhão. Indígenas e integrantes da Frente de Proteção Etnoambiental da Funai denunciaram as ameaças de invasão por parte de posseiros expulsos da terra indígena durante a sua desintração, em 2014.

O convite para uma reunião voltada às pessoas “atingidas pela Funai” circulou nas redes sociais. Servidores do órgão reportaram que em São João do Caru, um dos municípios próximos à TI Awa, um carro de som convocava os antigos ocupantes não indígenas da área a retornarem para dentro dela.

Após as denúncias, o MPF no Maranhão solicitou à Justiça Federal medidas urgentes para garantir a segurança no entorno da TI Awa e evitar sua possível invasão. De acordo com o órgão, o movimento de reocupação foi fomentado por “fazendeiros e madeireiros” após a publicação da Medida Provisória (MP) 870.

Os posseiros retirados durante a desintração da TI Awa, em 2014, foram identificados pela Justiça como ocupantes de má-fé, pois haviam ocupado a terra após o início do

processo de demarcação. “Os políticos e fazendeiros costumam usar os posseiros, pessoas humildes, como massa de manobra para impedir a demarcação”, relembra Bruno de Lima, coordenador de Frente de Proteção Etnoambiental da TI Awa.

Apesar da mais recente ameaça ter sido frustrada pelas denúncias, a invasão constante da TI Awá por madeireiros e fazendeiros já é um fato consumado desde 2016, quando a Funai deixou de ter recursos para manter o policiamento permanente da terra indígena.

Em janeiro de 2018, após uma ação de fiscalização e expulsão de invasores realizada pelos povos Awá Guajá, Guajajara e Ka’apor, fazendeiros queimaram uma das duas bases da Funai na TI Awa.

“Quando a gente perdeu o policiamento, começaram a entrar de novo as invasões de gado, madeireiras. Eles têm transformado a terra num grande pasto. Sem polícia permanente, só com ações esporádicas, a gente não consegue combater as invasões”, explica Lima.

Marãiwatsédé: ameaça de reinvasão

Em Mato Grosso, as ameaças de reinvasão à TI Marãiwatsédé fizeram com que o MPF se manifestasse em defesa do direito originário do povo Xavante à sua terra, homologada em 1998. O órgão afirmou que qualquer ataque ou tentativa de invasão à terra indígena “receberá resposta enérgica e eficaz”, com a responsabilização civil e criminal de todos os envolvidos.

A manifestação do MPF veio depois da Funai denunciar que o deputado federal eleito Nelson Barbudo (PSL-MT) estaria organizando uma nova invasão à TI Marãiwatsédé, para “devolvê-la” aos posseiros e fazendeiros expulsos da terra indígena durante o processo de desintração, em 2012, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo Vanderlei Temireté Xavante, vereador no município de Bom Jesus do Araguaia e filho de um dos caciques da TI Marãiwatsédé, tem havido comentários sobre a possibilidade de nova invasão nas cidades próximas à terra indígena.

“Políticos estão tentando organizar para a reinvasão. Isso é ameaça. Tem posseiros que não querem voltar, mas os grandes querem invadir de novo. Dizem que o presidente Bolsonaro vai devolver para eles a terra”, afirma Vanderlei.

Em carta do dia 16 de janeiro, os caciques das seis aldeias que compõem a TI Marãiwatsédé afirmam: “Não queremos mais pressão para a reinvasão, com os políticos e autoridades da região do Vale do Araguaia. Queremos dar fim à luta pela terra. Se houver a reinvasão, nós estamos preparados para a guerra”. ♦

Povo Xukuru do Ororubá vai a Brasília em busca de execução de sentença da CIDH e protestos contra mudanças na Funai

Por **Michelle Calazans**, Ascom Cimi

Cerca de 45 lideranças do povo Xukuru do Ororubá fortaleceram no início de dezembro, em Brasília, a luta por direitos fundamentais da nação Xukuru. Entre as reivindicações apresentadas, as lideranças conquistaram, em caráter inédito no Ministério dos Direitos Humanos (MDH), a definição do cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que condenou o Estado brasileiro no caso envolvendo as violações sofridas pelo povo. A pauta de trabalho incluiu, também, questionamentos sobre a situação da saúde indígena e distribuição de água potável na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), bem como ato em frente à sede da equipe do governo de transição para cobrar respeito e garantia de direitos.

A sentença da Corte Interamericana foi proferida em março deste ano, exatamente um ano após o julgamento, na Guatemala. Na prática, a Corte Interamericana de Direitos Humanos declarou o Estado brasileiro internacionalmente responsável pela violação do direito à garantia judicial de prazo razoável, previsto no artigo 8.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, bem como pela violação dos direitos de proteção judicial e à propriedade coletiva, previstos nos artigos 25 e 21 da Convenção Americana, em detrimento do povo Indígena Xukuru e seus membros. A sentença determina o pagamento de indenização por danos imateriais ao povo no montante de um milhão de dólares – cerca de quatro milhões de reais.

No âmbito da indenização ao povo Xukuru, pelos danos causados durante o processo de demarcação e homologação, foi construído um consenso por sugestão da liderança Marcos Xukuru, que o pagamento da indenização seja feito via Associação da Comunidade Xucuru, para cumprir, inclusive, a exigência da Corte Interamericana acerca do desenvolvimento coletivo do povo Xukuru. “O pagamento via Associação permite o exercício de autonomia, enquanto povo, decidir como esse recurso será melhor aplicado para a nação Xukuru. Esse consenso é muito importante tendo em vista a indefinição de cenário, frente à postura apresentada pelo governo eleito de desrespeito aos povos indígenas”, afirmou.

Por sugestão do MDH, ficou definido também que o pagamento seja feito por meio do Termo de Fomento, instrumento mais indicado para a situação, segundo a assessora de Assuntos Internacionais, Luciana Peres.



Foto: Tiago Miotto/Ascom Cimi

Ato em frente ao CCBB, sede da equipe do governo de transição

Na prática, a Corte Interamericana de Direitos Humanos declarou o Estado brasileiro internacionalmente responsável pela violação do direito à garantia judicial de prazo razoável

“Esse diálogo foi fundamental para definir esse modelo de pagamento. Por se tratar de um caso inédito, não há precedente como base. O Termo de Fomento permite o pagamento direto ao povo Xukuru”, explicou Luciana Peres.

A assessora de Assuntos Internacionais esclareceu que a consulta junto à Corte Interamericana será feita ainda neste ano para execução da sentença no início de 2019. “O acordo definido entre as partes e o Termo de Fomento serão preenchidos e apresentados para chancela da Corte Interamericana. Esse processo se faz necessário para alinhar o formato internacional indicado ao molde nacional, a fim de dar celeridade ao procedimento”, pontuou.

Sobre a indenização dos ocupantes não indígenas que estavam no território Xukuru, o MDH assegura plena garantia da terra indígena por meio da continuidade do processo de desintrusão (medida legal tomada para concretizar a posse efetiva da terra indígena a um povo, depois da etapa final do processo) e judicialização para depósito na justiça do recurso específico.

Zenilda Xukuru ressaltou que a demarcação das terras indígenas sinaliza proteção coletiva de todos, não somente dos povos. “Ao defender as terras, defendemos →



Foto: Michelle Calazans/Ascom Cimi

Delegação Xukuru acompanha discussões envolvendo a execução da sentença da CIDH

Assine o
PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
 Banco Bradesco
 Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios
 SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul
 Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
 SKYPE: Adm Jornal Porantim
 www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

→ também os animais, a mata fechada, a pureza dos rios e do ar, garantimos a nossa existência e a qualidade da vida de todos. Por isso, quando nós rezamos para que os encantados nos ajude nas lutas, rezamos também por todos que estão à frente do trabalho do lado de cá também, no MDH. A reza é pela vida de todos”, acrescentou.

Funai garante apoio ao cumprimento da causa

Em Reunião na Fundação Nacional do Índio (Funai), a liderança Marcos Xukuru ressaltou que a sentença da Corte Interamericana ameniza algumas situações, mas não soluciona, por exemplo, os sete assassinatos que foram registrados no histórico de luta por demarcação do território tradicional do povo. “Esse caso serve como base para outros processos para travar esse contexto de violência pelo direito ao território tradicional. O sangue derramado pelos guerreiros que deram a vida pelo nosso povo voltam para nossas veias para que continuemos a luta por nossos direitos fundamentais”, ressaltou.

O presidente da Funai, Wallace Bastos, chancelou o formato consensuado entre o MDH e o povo Xukuru para que a execução da sentença caminhe com maior celeridade possível. “É importante tomar como base a experiência da equipe do MDH para que a consulta na Corte Interamericana seja feita para que não haja contradições posteriores. A Funai está à disposição para contribuir com o que for necessário nesse processo”, apoiou.

Somado a esse trabalho, lideranças Xukuru e a Assessoria Jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) entregou aos ministros do Poder Judiciário – Superior Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) -, que tratam das pautas indígenas nas Casas, a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos como instrumento de contribuição e reflexão para que os direitos dos povos indígenas continuem sendo assegurados e respeitados, em âmbito nacional.

Tramitação Projeto Antidemarcação

Lideranças do povo Xukuru acompanharam, nos dias 04 e 05 de dezembro, a tramitação do Projeto de Lei (PL) 490/2007 – o Projeto Antidemarcação da bancada ruralista – em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), da Câmara dos Deputados. O PL estava como item 25 da pauta e não chegou a ser debatido pela Comissão.

De acordo com o relator na CCJC, o ruralista Jerônimo Goergen (PP/RS), o PL defende uma série de dispositivos que inviabilizam novas demarcações e facilitam obras e a exploração de recursos em terras indígenas já demarcadas, que seriam implementadas “independentemente de consulta” às comunidades indígenas envolvidas ou à Funai.



Cerca de 45 lideranças participaram da reunião na sede do Ministério da Saúde

O cacique Marcos Xukuru questionou o governo federal sobre a situação da saúde indígena com a saída dos 301 médicos cubanos, de um total de 372, que atendiam apenas os povos indígenas



Ministro do STJ, Napoleão Nunes Maia Filho, recebe Assessoria Jurídica do Cimi e liderança indígena Xukuru

Saúde indígena em pauta

Sobre a questão da saúde indígena, a liderança Marcos Xukuru questionou três principais pontos: a situação da saúde indígena com a saída dos 301 médicos cubanos, do total de 372 que atendiam apenas a população indígena no Programa Mais Médicos; o acesso à água potável para as comunidades indígenas; e a também a questão orçamentária destinada para cuidar da saúde da comunidade indígena em Pernambuco, que é a quarta maior do país, com 50 mil indígenas, de 15 etnias.

O indígena Xukuru e Técnico em Enfermagem, Geraldo Magela, explicou que o povo Xukuru tinha três equipes de saúde, com três médicos cubanos e agora, com a saída desses profissionais não houve reposição. “Felizmente, assim como eu, outros indígenas estão concluindo graduação na área da saúde para atender o nosso povo. Já temos ginecologista, enfermeiro e psicólogo. Recentemente, um indígena também se tornou advogado para defender os direitos dos povos indígenas”, pontuou.

“Enfrentamos muitas dificuldades no Estado com a redução orçamentária que não atende as necessidades da

população indígena. Somado à essa realidade, também nos deparamos com a falta de funcionamento do sistema de água destinado ao povo Xukuru. Do total de 36 sistemas de água, apenas 15 estão em funcionamento. Os caminhões-pipa, em circulação para atendimento emergencial, possuem periodicidade irregular e não resolvem a situação das aldeias”, questionou Marcos Xukuru.

O Secretária Especial de Saúde Indígena (Sesai), Marco Antônio Toccolini, afirmou que a Sesai é uma beneficiária do Programa Mais Médicos, assim como os municípios e não gestora. “A saúde indígena não ficará desassistida. Temos mais de 35 mil inscritos na convocação aberta pelo Ministério da Saúde para cobrir pouco mais de oito mil vagas do Programa Mais Médicos. Somente após o dia 14 de dezembro teremos uma posição definitiva acerca do preenchimento das vagas, conforme cada localidade. Dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), em todo o país, apenas no Amazonas registramos baixa de inscritos. No segundo momento, após o dia 14 de dezembro, caso não haja preenchimento integral das vagas, o Ministério da Saúde fará uma nova convocação com oportunidade de vagas para médicos brasileiros formados no exterior. Na pior das hipóteses, caso as vagas não sejam preenchidas, acionaremos a contratação via convênio”, explicou.

Sobre a redução orçamentária, Marco Antônio Toccolini esclareceu anualmente a Sesai apresenta a demanda orçamentária para o Congresso, mas é o Poder Legislativo que define o valor final que será destinado, tendo como base no uso do orçamento do ano anterior.

Com foco na questão da água potável, o diretor do Departamento de Edificações e Saneamento Indígena (DSESI), João Victório Zoppi Feliciani, se comprometeu, junto com Marco Antônio Toccolini para apresentar uma solução definitiva: “A Sesai não vai fechar os olhos para essa situação. Esse é um compromisso prioritário da Casa” e será viabilizado o quanto antes”.

Ato na sede da equipe do governo de transição

Lideranças indígenas de diversas regiões do país realizaram nesta manhã (06) ato no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), sede da equipe de transição do governo federal em Brasília, para entregar uma carta da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) com reivindicações ao presidente eleito, Jair Bolsonaro.

No documento, a organização nacional do movimento indígena reivindica o respeito a seus direitos originários, reconhecidos pela Constituição Federal de 1988, e a continuidade da demarcação de terras indígenas, obrigação constitucional do poder Executivo.

Durante a campanha eleitoral e depois de vencer o pleito, Bolsonaro e integrantes de sua equipe atacaram de forma racista os povos indígenas, comparando-os a animais de zoológico. Na semana passada, novamente a questão indígena demonstrou que enfrentará retrocessos durante o próximo governo. Futuros ministros de Bolsonaro iniciaram um jogo de empurra no intuito de desvincular a Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Justiça, ventilando a possibilidade do órgão indigenista estatal seguir para o Ministério da Agricultura ou Presidência da República. ♦



Lideranças Xukuru fazem ritual no CCBB, em Brasília, sede do governo de transição

Assembleia dos Povos indígenas de Tocantins reúne mais de 200 lideranças na luta contra o retrocesso

Por Cimi Regional Goiás/Tocantins

Mais de 200 lideranças indígenas Apinajé, Krahô, Krahô-Kanela, Xerente, Krahô Takaywrá, Javaé e Avá-Canoeiro estiveram reunidas, entre os dias 06 e 09 de dezembro, na Assembleia dos povos indígenas de Tocantins, na aldeia Brejinho, TI Apinajé. Frente à conjuntura nacional, as lideranças aprofundaram o debate na temática 'Resistência indígena frente às ameaças e retrocessos aos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, no contexto atual'.

Foram três dias de intensos debates, discussões, reflexões e definições de estratégias para a defesa e proteção dos direitos e dos territórios tradicionais, que estão tendo fortes investidas com as declarações e decisões do presidente eleito. Tanto os caciques, as lideranças, quanto as mulheres e jovens, deixaram bem claro que não permitirão que este novo governo, que inicia em 1º de janeiro, destrua seus territórios.

As lideranças afirmaram que não permitirão qualquer tipo de tentativa de invasão, aluguel, arrendamento ou exploração de suas terras. Para os indígenas é inviável o plantio de soja, milho, cana-de-açúcar, nem eucalipto nas terras originais. Segundo eles, esse plantio representa a morte do Cerrado, dos rios e dos animais.

A resistência dos povos indígenas também se estende à construção de projetos dentro dos territórios tradicionais. Nesse sentido, as lideranças indígenas pretendem buscar permanentemente o respeito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas. A situação precária da saúde indígena também foi pauta do debate. Para as lideranças, com a saída dos médicos cubanos que atendiam as aldeias, a situação dos indígenas pode apresentar piora no serviço de saúde indígena.

As lideranças relataram que a medicina aplicada pelos médicos cubanos tinha caráter preventivo, para evitar doenças, diferente da medicina dos outros médicos que



Para os indígenas é inviável o plantio de soja, milho, cana-de-açúcar, nem eucalipto nas terras originais. Segundo eles, esse plantio representa a morte do Cerrado, dos rios e dos animais

é lucrativa, com foco no uso de remédios farmacêuticos. Assim como a saúde, a Assembleia dos povos também pautou a situação da educação escolar indígena, com mudanças na reforma do ensino médio, assim como também, as graves mudanças que serão provocadas aos povos indígenas devido a proposta de alteração na previdência social, caso seja efetivada.

Por fim, com os cantos acompanhados do maracá, que foram importantes momentos de espiritualidade, os indígenas reforçaram sua identidade e sua força e teimosia para seguir resistindo, se unindo aos outros povos do país e manifestaram que o momento é de fortalecer a união com os quilombolas, quebradeiras de coco, camponeses, acampados, assentados e com o povo da cidade para defender seus direitos.

Nessa perspectiva, também durante a assembleia, foi feita a escuta do Sínodo para a Amazônia, afim de que suas vozes em defesa da Mãe Terra, sejam ouvidas pelo Papa Francisco, e novamente, pediram que a Igreja defenda a causa indígena, que ajude a demarcar todas as terras indígenas e que denuncie todo aquilo que fere seus direitos e territórios. Todos os povos presentes saíram com a esperança fortalecida, porém, conscientes que as ameaças aos seus direitos virão com força de todos os setores que cobizam a Mãe terra.

Nesse contexto, o Oscar Apinajé reforçou essa força dos povos: "a nossa identidade é a nossa pintura e a nossa força são nossos cantos e ninguém vai acabar com eles, nós não vamos permitir. Os nossos territórios nos dão força e nos fazem resistir".

Seminário discute políticas públicas de combate à discriminação a indígenas em contexto urbano

Por J. Roshá, da Assessoria de Comunicação - Cimi Norte I

Bancos, loterias e locais de atendimento ao público são lugares onde os indígenas que moram na cidade de Atalaia do Norte (AM) se sentem, mais frequentemente, discriminados. Tal realidade ficou demonstrada em pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal do Índio (Semai), com o apoio da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e organizações indígenas.

O resultado foi apresentado durante o 1º Seminário sobre Políticas Públicas para Indígenas na Cidade, realizado entre os dias 20 e 21 de novembro, em Atalaia do Norte. A pesquisa foi orientada por Rodrigo Oliveira, discente e pesquisador do Programa de Antropologia Social do Museu Nacional e professor da UFAM.

A pesquisa levantou dados populacionais, características das habitações, condições de saneamento e acesso à água, saúde, segurança alimentar, religião, participação política, educação escolar e situações de conflito e violência. A população indígena oriunda somente do Vale do Javari foi identificada em 136 domicílios, distribuídos de acordo com cada povo.

De um total de 803 indivíduos, 780 são indígenas Marubo (299), Matsés (218), Kanamari (140), Matis (61), Kokama (14), Kulina (6), Tikuna (4), Kaxinawa (1)



Atalaia do Norte, localizado a oeste do Estado do Amazonas, a cerca de 1100 Km de Manaus, tem uma população indígena de 6.262 pessoas

e Yagua (1), 19 não indígenas e 40 indivíduos não foram identificados como indígenas ou não indígenas.

A quantidade de indígenas na cidade é mais do que o dobro apontado pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, que na época levantou em torno 400 morando em Atalaia do Norte. Os dados do IBGE, conforme explica Rodrigo Oliveira, consideraram as pessoas que se autodeclaravam indígenas, enquanto a pesquisa proposta pela Semai identificou somente os indígenas do Vale do Javari.

a população do município, que em 2010 era de 15.153 pessoas, segundo o IBGE. A Terra Indígena Vale do Javari, demarcada com mais de oito milhões de hectares, fica na fronteira com o Peru e faz divisa com o Acre.

Seis povos são bastante conhecidos por lá: os Marubo, Kanamari, Kulina, Matsés (Mayouruna), Matis e os Korubo. Estes últimos, há poucos anos atrás, mantinham-se distantes da sociedade e eram conhecidos como "caceteiros" – usavam uma borduna reagindo à presença de estranhos.

Quase metade do município é indígena

O município de Atalaia do Norte, localizado no oeste do Estado do Amazonas, a cerca de 1.100 quilômetros de Manaus, tem uma população indígena de 6.262 pessoas, de acordo com dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Esse número corresponde a 41% de toda

Foto: Cimi Norte I

MS tem 1.351 hectares por político e apenas 1 hectare para cada Guarani Kaiowá

Levantamento inédito do De Olho nos Ruralistas aponta 78.386 hectares em terras nas mãos de 58 políticos; a maioria deles trabalha contra as demarcações de terras indígenas e os direitos dos povos tradicionais; site esmiúça a violência contra etnias do estado, como os Guarani Kaiowá

Por **Luís Indruinas**, De Olho nos Ruralistas

Um levantamento inédito do De Olho nos Ruralistas mostra que enquanto cada Guarani Kaiowá vive em média com 1 hectare de terra, no Mato Grosso do Sul, 58 políticos do estado, entre os que cumprem cargos eletivos e os eleitos para 2019, contam com 1.351 hectares para cada um em propriedades rurais.

A informação sobre os políticos – documentada em mapa, município por município – inaugura o projeto De Olho no Mato Grosso do Sul, concebido inicialmente como uma série, mas que passa a ser um site especial do De Olho nos Ruralistas.

O observatório fez o levantamento a partir das declarações de bens dos políticos eleitos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas últimas três eleições (2014, 2016 e 2018) e do número de terras homologadas e registradas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para o povo Guarani Kaiowá.

A média de 1 hectare por indígena não traduz toda a realidade do povo Guarani Kaiowá, confinado em reservas que não oferecem condições para a sobrevivência conforme sua cosmologia e suas tradições, ligadas diretamente à terra e ao ambiente. A situação dessa e de outras etnias no Mato Grosso do Sul configura um dos principais conflitos envolvendo povos indígenas na América Latina.

O levantamento do De Olho não inclui a quantidade de terras nas mãos de políticos sul-mato-grossenses que se declararam proprietários, mas não detalharam o tamanho de suas propriedades. É o caso do prefeito de Anastácio, Nildo Alves (PSDB), que declarou 11.442 cabeças de gado e 58 equinos. Ele possui sete fazendas, mas não especificou o tamanho delas. Ou seja, a quantidade de terras nas mãos de políticos no Mato Grosso do Sul é ainda maior.

Ao incluir os políticos que declararam imóveis rurais, mas não detalharam, e os que não declaram nenhum bem rural, o Mato Grosso do Sul soma 221 nomes entre novos eleitos e reeleitos. Da mesma forma, a razão continuaria mostrando desvantagem para os indígenas: seriam 355 hectares para cada político.

Políticos representam o agronegócio

Esses políticos com terra são senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e vice-prefeitos que dominam a política local. A pesquisa não incluiu os vereadores. Além dos interesses particulares, esses políticos são amplamente financiados pelo agronegócio. Em 2014,



A média de 1 hectare por indígena não traduz toda a realidade do povo Guarani Kaiowá, confinado em reservas que não oferecem condições para a sobrevivência

entre empresas e pessoas físicas ligadas ao setor, apenas os políticos eleitos – entre eles os que não declaram ser proprietários rurais – receberam R\$ 40 milhões.

O Mato Grosso do Sul tem a maior concentração de propriedades privadas rurais do país, representando 92% do seu território. E possui a segunda maior população indígena do Brasil, com 61 mil pessoas, sendo 46 mil Guarani Kaiowá. Entre os Kaiowá, 31 mil dividem-se entre os 46.331 hectares registrados e homologados. O restante está acampado à beira de estradas e ocupações.

Algumas terras indígenas, como a reserva de Dourados, na periferia do município, têm uma grande concentração de moradores. Lá vivem 11.1146 indígenas, 24% da população Guarani Kaiowá e 18% do total de indígenas no estado.

Outros 46 mil hectares de terras indígenas declaradas, que poderiam ajudar a tirar os indígenas das beiras das

estradas, esperam por regularização. Mas várias delas, palco de retomadas e de violência, não passam de números no papel, à espera de decisões judiciais – enquanto os despejos com ou sem autorização da Justiça continuam sendo realizados.

Em Caarapó, um dos principais cenários de violência no estado, a Terra Indígena (TI) Guyraroká, de 11.440 hectares, teve o processo de demarcação paralisado pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2014. A área é menor que os 12 mil hectares das 22 propriedades do prefeito de Costa Rica, Waldeli Rosa (MDB).

Na Terra Indígena Amambaípeguá, localizada nos municípios de Naviraí, Amambaí e Dourados, 87 propriedades incidem sobre os 55.600 hectares, teoricamente já demarcados, segundo a Funai. Foi por causa da ocupação dessas terras que fazendeiros atacaram indígenas e mataram o agente de saúde Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, de 23 anos, em junho de 2016.

Eles enriquecem e compram terras

A análise de bens dos políticos sul-mato-grossenses mostra que, à medida que vão ganhando eleições, eles adquirem mais terras e ampliam seu patrimônio. É o caso do governador reeleito Reinaldo Azambuja (PSDB) que viu sua fortuna praticamente dobrar em 12 anos. Em 2006, quando era candidato a deputado federal, Azambuja registrava R\$ 20,22 milhões. Em 2018, já eram R\$ 38,7 milhões. Um aumento de 91,4%, segundo dados do TSE.

O patrimônio do tucano conta com 2,7 mil hectares de terra, além de uma dezena de bens como tratores, colheitadeira, pulverizador, um pesqueiro e 2.340 cabeças de boi.

Histórico aliciador de índios e inimigo das demarcações, o deputado estadual Zé Teixeira (DEM) viu sua fortuna crescer dez vezes em vinte anos: de R\$ 1,46 milhão, em 1998, para R\$ 14,5 milhões, em 2018. Ele possui 6.183 hectares no cone sul do estado, com pelo menos uma das fazendas incidindo sobre a própria TI Guyraroká. Ele será tema de outra reportagem especial do De Olho no Mato Grosso do Sul.

Eleito em outubro para seu sétimo mandato, Teixeira é um dos primeiros a defender proprietários de terras



Crianças brincam num dos rios próximos ao tekoha Guyraroka. Ao lado da pequena faixa de mata, a imensidão de milho e cana voltam a dominar a paisagem



Contando 99 anos, seu Tito ainda trabalha nos pequenos roçados comunitários do Guyraroka

Foto: Tiago Miotto/Cimi

Foto: Tiago Miotto/Cimi

58 políticos do estado, entre os que cumprem cargos eletivos e os eleitos para 2019, contam com 1.351 hectares para cada um em propriedades rurais

quando eles são acusados de violência – inclusive assassinatos – contra indígenas. Das suas terras já saíram tiros que mataram um bebê Guarani Kaiowá. Muito antes da retomada das terras pelos indígenas, em 2000, o grupo acampava na beira da estrada quando o bebê foi atingido por disparos, segundo o Ministério Público Federal (MPF).

A pressão dos políticos sul-mato-grossenses contra os índios ocorre também em Brasília. A presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Tereza Cristina (DEM-MS), anunciada pelo presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) como a nova ministra da Agricultura, protocolou em agosto um pedido de suspensão da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, programa que tenta resolver as pendências sobre as demarcações de terras.

Ela é mais uma política com texto específico no De Olho no Mato Grosso do Sul: “Futura ministra da Agricultura, Tereza Cristina trabalha para tirar direitos dos indígenas”. Tereza Cristina tem entre seus doadores mandantes de mortes de índios e proprietários com incidência em terras indígenas. A deputada articulou, já no primeiro turno, o apoio da FPA ao capitão reformado.

Azambuja, Teixeira e Tereza estiveram entre os protagonistas do Leilão da Resistência, em 2013, quando políticos e fazendeiros do estado coletaram recursos para financiar suas demandas judiciais e contratar milícias armadas contra as ocupações. Desse leilão participou também o senador Waldemir Moka (MDB-MS). Ele não declarou bens rurais em 2010, mas recebeu R\$ 2,8 milhões em doações de campanha, oriundas de empresas do agronegócio.

O Leilão da Resistência – recheado de discursos violentos contra os indígenas – teve a presença de ruralistas de outros estados, como a senadora e ex-ministra Kátia Abreu (PDT-TO), candidata a vice-presidente na chapa de Ciro Gomes (PDT), e o governador eleito de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM). Moka não se reelegeu.

Casal defende os algozes dos indígenas

Entre os que lutam contra os interesses indígenas no Mato Grosso do Sul está a senadora Simone Tebet (MDB), proprietária de 860 hectares em Caarapó. Palco de tensões e conflitos permanentes com o povo Guarani Kaiowá, o município abrirá uma série especial dentro do De Olho nos Ruralistas: nela serão detalhados os conflitos agrários em cada município, com informações – mais uma vez



Preocupação com acesso a serviços básicos, como ônibus escolar para crianças, motivo aumento da ocupação

O Mato Grosso do Sul tem a maior concentração de propriedades privadas rurais do país, representando 92% do seu território

detalhadas em mapas – sobre os maiores proprietários de terras, entre políticos, outros grandes fazendeiros e empresas agropecuárias.

A senadora tenta aprovar uma lei garantindo indenizações – além das benfeitorias, já previstas em lei – das terras nuas dos proprietários. Essa medida foi cogitada pelo governo Dilma Rousseff após a morte do agente de saúde Clodiodi Aquileu de Souza. Ele foi assassinado em uma emboscada de fazendeiros que atacaram ocupação próxima da aldeia Te'Yikuê. As negociações pararam, pois os proprietários queriam valores muito maiores que os propostos.

Simone Tebet quer ainda mudar o Estatuto do Índio, proibindo qualquer ato destinado à demarcação de terra indígena se houver conflito nas terras ocupadas. Ou seja, qualquer ataque aos indígenas pode parar as demarcações. Ela defende também o cumprimento imediato das reintegrações de posse em áreas que ainda não têm estudo antropológico. Simone é cotada para ser a próxima presidente do Senado.

O marido da senadora, o deputado estadual Eduardo Rocha (MDB), se solidariza com os ruralistas em casos como o de Clodiodi. Ele participou da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que queria criminalizar a instituição que trabalha para denunciar a violência sofrida por grupos indígenas pelo país. O relatório acabou sendo arquivado pela Justiça. Rocha volta à Assembleia, em 2019, para mais um mandato.

A CPI do Cimi mostrou que os políticos latifundiários ou ligados ao agronegócio do estado usam de qualquer subterfúgio para tentar calar as reivindicações dos povos indígenas na região e isentar seu grupo de qualquer responsabilidade em atos de violência. Uma das conclusões

da comissão foi a de que não houve falhas do poder público ao longo dos últimos anos, isentando o Estado pelas omissões.

A deputada estadual Mara Caseiro (PSDB), proprietária de 682 hectares de terra em Eldorado, próximo da fronteira com o Paraguai, chegou a convocar um falso cacique para testemunhar contra o Cimi. Ela também insiste na tese de que os indígenas são apenas manipulados, não tendo voz própria para decidir e lutar por seus direitos. Mara subiu na tribuna da Assembleia para defender os fazendeiros, em 2016, e não os acusados de matar Clodiodi.

A deputada administrou o município de Eldorado entre 2001 e 2008. Lá fica a reserva Cerrito, dos Guarani Nandeva, local demarcado que sofre forte pressão dos fazendeiros. Por irregularidades em sua administração, Mara foi condenada à cassação dos direitos políticos e ao ressarcimento do dinheiro público por participar da Máfia das Ambulâncias, nome dado a um esquema de desvio de recursos da saúde. Ela não conseguiu ser reeleita.

Colega de Mara na CPI, Paulo Corrêa (PSDB) se reelegeu. Ele se destacou com uma participação inflamada e sensacionalista na CPI do Cimi, chegando a questionar um cacique Terena sobre o que ele fazia numa assembleia do próprio povo. Em outro momento, ele ameaçou processar a liderança indígena Sonia Guajajara, candidata pelo PSOL à Vice-Presidência em outubro, na chapa de Guilherme Boulos. Motivo: a campanha internacional – diante da violência contra as etnias – de boicote à carne sul-mato-grossense.

O deputado federal reeleito Dagoberto Nogueira (PDT), membro da bancada ruralista, é dono de 2.249 hectares em Miranda. Ele tem uma proposta inusitada para resolver o problema dos índios: a criação de cassinos em terras indígenas.

Suplentes também são fazendeiros

Entre os novos senadores eleitos estão Nelson Trad (PTB), outro político que participou do Leilão da Resistência, em 2013. Trad não declara bens rurais, mas seu primeiro suplente José Chagas (Avante) é proprietário de 1.075 hectares, concentrados nos municípios de Naviraí e Amambaí. Ele é dono de uma rede de supermercados em Naviraí.

O caso da senadora eleita Soraya Thronicke (PSL), eleita na onda de apoio a Jair Bolsonaro, é similar. Ela também não tem bens rurais. Seu primeiro suplente, Rodolfo Oliveira Nogueira (PSL), é pecuarista com 750 hectares de terras em Bela Vista. Soraya denunciou o suplente à Polícia Civil por ameaça. Ela passou a usar colete à prova de bala e quer que ele se torne inelegível. ♦



Foto: Tiago Miotto/Cimi

Crianças brincam no Guyraroka, terra ameaçada por decisão da Segunda Turma do STF

Um estudo de caso para os povos Kanamari e Madja

Por Lígia Kloster Apel, para o Cimi e Cáritas de Tefé (AM)

Os povos Kanamari, das aldeias Bauana e Taquara, e Madja/Kulina, da aldeia Matatibem, município de Carauri, Amazonas, realizaram entre os dias 3 e 4 novembro um encontro para estudar a contexto em que estão inseridos. Apresentações culturais, celebrações, debates, diálogos, produção de mapas e levantamento de informações sobre o direito à terra conduziram os dois dias de integração entre as 37 lideranças indígenas presentes.

As lideranças reunidas na aldeia Taquara decidiram pelo tema Terra Indígena para o estudo de caso dos povos indígenas Kanamari e Madja/Kulina. Assunto abordado durante este período da política nacional, chamado de “sombrio” durante o encontro. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, promete não “dar” mais “nenhum centímetro de terra aos índios” e diz que “índio quer ter o direito de vender suas terras”, mostrando o quanto desconhece e negligencia a realidade e a vida indígenas.

Para a liderança Atowé Kanamari, da aldeia Bauana, ter a terra demarcada é garantia de existência e vida: “acho muito melhor ter nossa terra demarcada, reservar, ter terra para nós plantarmos e para nossos filhos poderem ter ela para viver”, afirmando exatamente o contrário das declarações do presidente eleito.

Garantir que vivam em territórios demarcados e protegidos, para além do reconhecimento de sua existência, é uma atitude de soberania nacional. No entanto, as políticas indigenistas nacionais, nos últimos anos, têm sido de descaso e desrespeito aos povos originários e seus direitos à manutenção de suas culturas. “Resistiremos a todos esses ataques”, diz Atowé.

Riscos sociais e ambientais

A morosidade dos processos de demarcação dos territórios e a ausência de políticas de proteção territorial, entre outras estratégias de enfraquecimento das conquistas constitucionais, vêm também trazendo sérias consequências à conservação ambiental. Processos de degradação ambiental vêm se intensificando, a exemplo das pescas predatórias, caça de animais silvestre e retirada ilegal de madeira, especialmente das terras indígenas.

Além disso, o descaso dos órgãos responsáveis, a falta de uma política efetiva de proteção territorial, ou ao menos de um plano de ação para inibir essas invasões,



Além de proporcionar um espaço de intercâmbios de informações, o encontro promoveu confraternização e fortalecimento da luta dos povos Kanamari e Madja/Kulina

além da ausência da Fundação nacional do Índio (Funai), exigem que os indígenas busquem formas comunitárias de proteção de seus territórios. Segundo as lideranças, a maioria dos casos de invasões é cometida por moradores da cidade de Carauri.

Os objetivos dos povos indígenas estão em buscar o diálogo “na tentativa de sensibilizar essas a sociedade”, diz Atowé Kanamari, sobre os problemas e ilegalidades relativas a tais invasões. No entanto, “nossas conversas dão em nada e até se tornam perigosas. Tuxauas de diferentes aldeias vêm sofrendo ameaças e, até, já aconteceram agressões físicas”, complementa a liderança.

Levantamento e estudo de caso

Com o levantamento das informações, entrevistas e debates sobre a realidade local, os desafios que enfrentam, o histórico das aldeias, as violações de seus direitos à demarcação e proteção territorial e elaboração de mapas e documentos, a equipe de educadores da Cáritas e do Cimi, que atua na região do rio Xeruã, com os missionários Fábio Pereira, Francisco Manoel e Francisco Amaral, construirá um estudo de caso para os povos Kanamari e Madja/Kulina.

O estudo servirá para promover incidências políticas junto às instâncias governamentais, denunciando

a situação de vulnerabilidade e de ameaças que sofrem por não terem suas terras protegidas. A intenção é a de dar visibilidade ao que vem ocorrendo, divulgando em campanhas, nas mídias locais, regionais, nacionais e redes sociais para buscar apoios de toda a sociedade e, assim, formar uma rede de proteção para estes povos.

Além de proporcionar um espaço de intercâmbios de informações, o encontro promoveu confraternização e fortalecimento da luta dos povos Kanamari e Madja/Kulina que, ao mesmo tempo em que trocaram ideias para lutar por seus direitos, se valorizaram mutuamente e se solidarizaram na defesa dos seus modos de vida.

Realização do encontro

O encontro é uma das atividades previstas no projeto *Garantindo a defesa de direitos e a cidadania dos povos indígenas do médio rio Solimões e afluentes*, realizado pela Cáritas da Prelazia de Tefé e Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Tefé, financiado pela União Europeia e Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional (CAFOD), que pretende levantar informações para estudos de casos sobre a violação de direitos que os povos indígenas da região sofrem.

*Com informações de Fábio Pereira, Francisco Manuel e Francisco Amaral.

Indígenas Macuxi são recebidos pelo Papa Francisco



“É como estar diante de coisas realmente sagradas”, disse Jaider Esbell depois de se reunir com o Santo Padre

Elisa Ventura - Cidade do Vaticano (Vatican News)

Anciã Macuxi, Bernaldia José Pedro, conhecida como “Vovó Bernaldina”, da comunidade indígena Maturuca, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, extremo norte da Amazônia brasileira no estado de Roraima, e o artista indígena contemporâneo Jaider Esbell, se encontraram com o Papa Francisco no dia 7 de novembro, em Roma, durante a Audiência Geral na Praça São Pedro.

Atualmente, o povo Macuxi é formado por cerca de 50 mil pessoas. A visita dos indígenas se deve em razão do documentário “Amazonian Cosmo”, produzido pelo suíço Daniel Schweizer. “O documentário busca, a partir da perspectiva da nossa visão indígena em relação ao grande mundo, várias formas de olhares para tentar compreender e buscar meios de acompanhar a grande transformação também na perspectiva sobrenatural. Digamos, nas visões dos Xamãs, dos Pajés, das lideranças”, explicou Jaider Esbell.

Em entrevista à Vatican News-Rádio Vaticana, ele disse que os Macuxi estão bastante esperançosos e afirmou ter vindo buscar um reforço espiritual. Falou ainda do encontro com o Santo Padre: “Foi muito emocionante. É como estar diante de coisas realmente sagradas da natureza. Ele é um senhor muito abençoado e para mim foi um encontro onde eu pude sentir, de forma especial, a própria manifestação espiritual que tem guiado os meus projetos e a minha vida. Foi um encontro muito positivo”, finalizou.

Os índios também se reuniram com o Cardeal Lorenzo Baldisseri, secretário-geral do Sínodo dos Bispos, que em 2019 realizará uma assembleia dedicada à Amazônia. No encontro, eles receberam do Cardeal o documento preparatório: Amazônia, Caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral e um rosário enviado pelo Papa Francisco.



Títo Vilhalva Guarani Kaiowá, do tekoha Gyraroka

Foto: Tiago Mioto/Cimi

Vocês são o sal da terra.
Se o sal perder o seu sabor não servirá para nada,
exceto para ser jogado fora e pisado pelos homens.
Vocês iluminam o mundo.
Não se pode esconder uma aldeia
construída sobre a terra...

Trecho retirado do filme O Evangelho Segundo São Mateus, de Pier Paolo Pasolini

**Um feliz Natal e que o Ano Novo seja de
justiça e terra para os povos indígenas!**

